

DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

***(Plano de Amortização
Déficit Atuarial/2019)***

CORUMBÁ - MS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.....	3
2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.....	4
3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE	5
3.1 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo</i>	6
3.2 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo</i>	9
4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	12
4.1 - <i>Receita Corrente Líquida - RCL</i>	12
4.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Executivo</i>	13
4.3 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Legislativo</i>	13
5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS	14
5.1 <i>Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas</i>	14
6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE - PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS	17
6.1 - <i>Projeção das Receita e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos</i>	19
7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF	22
7.1 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</i>	22
7.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo</i>	23
7.3 - <i>Viabilidade Financeira e Orçamentária - 30 anos</i>	23

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.

A Reavaliação Atuarial de 2019 do FUNPREV, demonstrou um Déficit Atuarial de R\$ 465.719.869,17, considerando a compensação Previdenciária.

O artigo 18 da Portaria, estabelece que a Reavaliação Atuarial deverá apresentar plano de amortização para o equacionamento do Déficit Atuarial. Conforme o artigo 19, o plano de amortização somente será **considerado implementado, a partir do seu estabelecimento em lei.**

O artigo 19, § 2º, estabelece que o Plano de Amortização deverá ser acompanhada de **demonstração da viabilidade orçamentária e financeira**, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º. A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

No intuito de atender a legislação, realizamos um Estudo de Viabilidade orçamentária do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019.

2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019

Para financiamento do Déficit, a página 81 da Reavaliação Atuarial/2019, propôs o seguinte plano de amortização.

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		465.719.869,17					
1	2019	477.318.575,40	(11.598.706,24)	27.018.032,57	15.419.326,33	19,00%	81.154.349,12
2	2020	488.948.241,51	(11.629.666,11)	27.676.315,56	16.046.649,45	19,50%	82.290.510,01
3	2021	500.595.309,64	(11.647.068,14)	28.335.583,56	16.688.515,43	20,00%	83.442.577,15
4	2022	512.245.107,20	(11.649.797,56)	28.995.006,07	17.345.208,51	20,50%	84.610.773,23
5	2023	523.427.059,28	(11.181.952,08)	29.627.946,75	18.445.994,67	21,50%	85.795.324,05
6	2024	534.084.027,46	(10.656.968,18)	30.231.171,37	19.574.203,18	22,50%	86.996.458,59
7	2025	544.154.859,83	(10.070.832,36)	30.801.218,48	20.730.386,12	23,50%	88.214.409,01
8	2026	553.574.139,45	(9.419.279,62)	31.334.385,25	21.915.105,63	24,50%	89.449.410,74
9	2027	561.310.479,59	(7.736.340,14)	31.772.291,30	24.035.951,16	26,50%	90.701.702,49
10	2028	567.204.510,26	(5.894.030,67)	32.105.915,68	26.211.885,00	28,50%	91.971.526,32
11	2029	571.086.104,89	(3.881.594,63)	32.325.628,58	28.444.033,95	30,50%	93.259.127,69
12	2030	572.773.712,93	(1.687.608,03)	32.421.153,56	30.733.545,53	32,50%	94.564.755,48
13	2031	572.073.651,99	700.060,94	32.381.527,47	33.081.588,41	34,50%	95.888.662,05
14	2032	568.779.357,23	3.294.294,76	32.195.057,96	35.489.352,71	36,50%	97.231.103,32
15	2033	562.670.585,21	6.108.772,02	31.849.278,41	37.958.050,43	38,50%	98.592.338,77
16	2034	553.512.569,62	9.158.015,60	31.330.900,17	40.488.915,76	40,50%	99.972.631,51
17	2035	541.055.125,91	12.457.443,71	30.625.761,84	43.083.205,55	42,50%	101.372.248,35
18	2036	525.031.701,87	16.023.424,05	29.718.775,58	45.742.199,62	44,50%	102.791.459,83
19	2037	505.158.370,68	19.873.331,19	28.593.870,04	48.467.201,22	46,50%	104.230.540,27
20	2038	481.132.763,28	24.025.607,40	27.233.930,00	51.259.537,40	48,50%	105.689.767,83
21	2039	452.632.936,10	28.499.827,18	25.620.732,23	54.120.559,41	50,50%	107.169.424,58
22	2040	419.316.170,50	33.316.765,60	23.734.877,58	57.051.643,18	52,50%	108.669.796,53
23	2041	380.817.699,69	38.498.470,80	21.555.718,85	60.054.189,65	54,50%	110.191.173,68
24	2042	338.040.331,75	42.777.367,94	19.134.358,40	61.911.726,35	55,41%	111.733.850,11
25	2043	291.777.551,71	46.262.780,04	16.515.710,47	62.778.490,51	55,41%	113.298.124,01
26	2044	241.807.372,07	49.970.179,64	13.687.209,74	63.657.389,38	55,41%	114.884.297,75
27	2045	187.894.305,99	53.913.066,08	10.635.526,75	64.548.592,83	55,41%	116.492.677,91
28	2046	129.788.554,83	58.105.751,16	7.346.521,97	65.452.273,13	55,41%	118.123.575,41
29	2047	67.225.146,86	62.563.407,96	3.805.196,99	66.368.604,96	55,41%	119.777.305,46
30	2048	(76.975,68)	67.302.122,54	(4.357,11)	67.297.765,43	55,41%	121.454.187,74
31	2049	-	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

FONTE: Reavaliação Atuarial/2019 – FUNPREV

3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE

Para averiguação do impacto do Plano de Amortização sobre as contas públicas do Ente Municipal foi solicitado junto ao setor contábil do município, os três últimos Relatórios de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS, mais o relatório do exercício atual.

Com um histórico dos últimos três anos, será possível projetarmos as Receitas Correntes Líquidas e as Despesas de Pessoal e constatar se o Ente Público, discriminado entre seus Poderes e Órgãos serão capazes de suportar o plano de amortização, respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	239.954.334,49	0,00
Pessoal Ativo	211.202.128,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.862.058,66	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.890.147,80	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	30.380.513,03	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.130.449,83	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.072.010,10	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	22.178.053,10	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	209.573.821,46	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	433.472.507,64	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	209.587.620,42	48,35%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	234.075.154,13	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	222.371.396,42	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	210.667.638,71	48,60%

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	233.417.408,31	0,00
Pessoal Ativo	202.565.124,89	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.929.896,04	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.922.387,38	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	26.377.704,27	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.923.854,73	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.453.849,54	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	207.039.704,04	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	417.581.344,64	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	223.232.412,56	53,46%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	225.493.926,11	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	214.219.229,80	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	202.944.533,50	48,60%

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	268.616.798,09	0,00
Pessoal Ativo	233.893.327,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.235.011,88	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	32.240.081,11	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.109.111,88	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	30.084.377,63	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	236.376.716,98	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	460.527.304,56	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	236.949.177,27	51,45%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	248.684.744,46	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	236.250.507,24	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	223.816.270,02	48,60%

3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.388.338,47	0,00
Pessoal Ativo	11.947.360,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	440.977,75	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.096.575,45	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	655.597,70	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	440.977,75	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.291.763,02	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	433.472.507,64	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.291.763,02	2,60%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	26.008.350,46	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	24.707.932,94	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	23.407.515,41	5,40%

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.919.646,73	0,00
Pessoal Ativo	12.411.074,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	508.572,44	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	508.572,44	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	36.448,74	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	472.123,70	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.411.074,29	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	417.581.344,64	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	12.411.074,29	2,97%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	25.054.880,68	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	23.802.136,64	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	22.549.392,61	5,40%

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.619.645,08	0,00
Pessoal Ativo	14.157.389,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	462.255,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.913,69	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	17.913,69	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.601.731,39	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	460.527.304,56	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	14.832.645,97	3,22%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.631.638,27	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.250.056,36	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.868.474,45	5,40%

4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

PODER EXECUTIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	209.587.620,42	433.472.507,64	48,35%
2017	223.232.412,56	417.581.344,64	53,46%
2018	236.949.177,27	460.527.304,56	51,45%

PODER LEGISLATIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF (Poder Legislativo)			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	11.291.763,02	433.472.507,64	2,60%
2017	12.411.074,29	417.581.344,64	2,97%
2018	14.832.645,97	460.527.304,56	3,22%

4.1 – Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente cresceu R\$ 27.054.796,92, equivalente a 6,24%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma receita cresceu R\$ 42.945.959,92, equivalente a 10,28%.

4.2 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Executivo

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 27.361.556,85, equivalente a 13,05%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma despesa cresceu R\$ 13.716.764,71, equivalente a 6,14%.

4.3 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Legislativo

De acordo com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 3.540.882,95, equivalente a 31,36%.

De um ano para o outro, entre 2017 a 2016, essa mesma despesa cresceu R\$ 2.421.571,68, equivalente a 19,51%.

5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

Para verificarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, apresentaremos uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício atual e nos dois anos subsequentes, conforme exige o inciso I, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

5.1 – Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas

O artigo 12 da Lei Complementar 101/2000, também menciona a necessidade de demonstrar a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a projeção.

O artigo 12 da LRF, menciona que as previsões de receita, deverão observar normas técnicas e legais, considerando as alterações na legislação, variação do índice de preços (nesse caso INPC, IPCA, IGP - M ou qualquer outro índice inflacionário), o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

Art. 12. *As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.*

Para projetarmos o crescimento da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 utilizaremos o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, por ser o índice oficial do Governo Federal, para mensurar o crescimento da Inflação e por ser utilizado pelo Regime Próprio de Previdência Social de CORUMBÁ - MS, para compor a Meta Atuarial. Além do mais, o artigo 12 da LRF menciona apenas índice inflacionário, não mencionando qual deverá ser utilizado.

Conforme o Boletim Focus, elaborado e emitido pelo Banco Central, com data de 28/06/2019, a projeção para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é de:

Projeção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	
ANO	IPCA (%)
2020	3,80%
2021	3,91%
2022	3,75%
2023	3,74%

Assim, para a Projeção das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e DESPESAS TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo e Legislativo, em 2019, 2020, 2021 e 2022, consideraremos a média de crescimento da Despesa e Receita dos últimos três anos, anteriores ao ano projetado, somado ao desvio padrão do mesmo período. O valor encontrado da DTP e RCL para 2019, 2020, 2021 e 2022, será acrescido do índice inflacionário projetado pelo Banco Central.

Dessa forma, a projeção das Receitas e despesas serão:

1 - PODER EXECUTIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	209.587.620,42	433.472.507,64	48,35%
2017	223.232.412,56	417.581.344,64	53,46%
2018	236.949.177,27	460.527.304,56	51,45%
2019	245.940.811,13	476.345.653,74	51,63%
2020	256.460.242,56	500.734.606,52	51,22%
2021	265.823.657,98	518.187.512,33	51,30%
2022	275.971.146,83	538.866.139,33	51,21%

2 - PODER LEGISLATIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	11.291.763,02	433.472.507,64	2,60%
2017	12.411.074,29	417.581.344,64	2,97%
2018	14.832.645,97	460.527.304,56	3,22%
2019	15.211.967,33	476.345.653,74	3,19%
2020	16.284.125,47	500.734.606,52	3,25%
2021	16.803.046,81	518.187.512,33	3,24%
2022	17.543.601,26	538.866.139,33	3,26%

6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para analisarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, conforme a legislação citada acima, incluíremos o valor anual dos três primeiros anos do pagamento para amortização do Déficit Atuarial, nas DESPESAS TOTAL COM PESSOAL dos Poderes Executivo e Legislativo. Os valores que serão acrescidos são:

Plano de Amortização do Déficit Atuarial – Reavaliação Atuarial/2019

Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	15.419.326,33
2020	16.046.649,45
2021	16.688.515,43

Plano de Amortização do Déficit Atuarial / Separado por Poder

PODER EXECUTIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	15.067.772,81
2020	15.680.793,25
2021	16.308.024,98

PODER LEGISLATIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	351.553,52
2020	365.856,20
2021	380.490,45

1 - PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes						
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2019	245.940.811,13	15.067.772,81	261.008.583,94	476.345.653,74	51,63%	54,79%
2020	256.460.242,56	15.680.793,25	272.141.035,81	500.734.606,52	51,22%	54,35%
2021	265.823.657,98	16.308.024,98	282.131.682,96	518.187.512,33	51,30%	54,45%

* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2019 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

2 - PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes						
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2019	15.211.967,33	351.553,52	15.563.520,85	476.345.653,74	3,19%	3,27%
2020	16.284.125,47	365.856,20	16.649.981,67	500.734.606,52	3,25%	3,33%
2021	16.803.046,81	380.490,45	17.183.537,26	518.187.512,33	3,24%	3,32%

* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2019 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

6.1 – Projeção das Receitas e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos

Para analisarmos o impacto de todo o Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, apresentaremos o impacto sobre a Receita Corrente de Líquida, durante todo o período de amortização do Déficit, nos próximos 30 anos.

O índice utilizado para a Estimativa de crescimento das RECEITAS e DESPESAS a partir de 2022, será o índice utilizado para o ano de 2022.

PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF							
Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Executivo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2019	245.940.811,13	15.067.772,81	261.008.583,94	476.345.653,74	51,63%	54,79%
2	2020	256.460.242,56	15.680.793,25	272.141.035,81	500.734.606,52	51,22%	54,35%
3	2021	265.823.657,98	16.308.024,98	282.131.682,96	518.187.512,33	51,30%	54,45%
4	2022	275.971.146,83	16.949.745,76	292.920.892,59	538.866.139,33	51,21%	54,36%
5	2023	286.159.625,02	18.025.434,51	304.185.059,52	558.485.582,05	51,24%	54,47%
6	2024	296.854.915,08	19.127.920,39	315.982.835,46	579.558.482,35	51,22%	54,52%
7	2025	307.870.724,36	20.257.742,88	328.128.467,25	600.987.154,34	51,23%	54,60%
8	2026	319.330.080,74	21.415.451,34	340.745.532,08	623.402.818,44	51,22%	54,66%
9	2027	331.197.093,17	23.487.942,57	354.685.035,74	646.549.353,62	51,23%	54,86%
10	2028	343.513.996,60	25.614.266,12	369.128.262,72	670.604.945,36	51,22%	55,04%
11	2029	356.284.357,42	27.795.523,10	384.079.880,53	695.529.907,90	51,22%	55,22%
12	2030	369.531.698,16	30.032.834,88	399.564.533,04	721.393.746,19	51,22%	55,39%
13	2031	383.270.469,78	32.327.343,46	415.597.813,24	748.213.041,06	51,22%	55,55%
14	2032	397.520.590,59	34.680.211,85	432.200.802,44	776.032.508,33	51,22%	55,69%
15	2033	412.300.256,01	37.092.624,40	449.392.880,41	804.884.777,04	51,22%	55,83%
16	2034	427.629.562,38	39.565.787,17	467.195.349,55	834.810.523,46	51,22%	55,96%
17	2035	443.528.742,48	42.100.928,35	485.629.670,83	865.848.527,56	51,22%	56,09%
18	2036	460.019.085,28	44.699.298,59	504.718.383,87	898.040.707,39	51,22%	56,20%
19	2037	477.122.519,78	47.362.171,41	524.484.691,19	931.429.694,13	51,22%	56,31%
20	2038	494.861.865,73	50.090.843,61	544.952.709,34	966.060.124,86	51,22%	56,41%
21	2039	513.260.753,73	52.886.635,64	566.147.389,37	1.001.978.086,59	51,22%	56,50%
22	2040	532.343.711,67	55.750.892,05	588.094.603,71	1.039.231.484,25	51,22%	56,59%
23	2041	552.136.170,07	58.684.981,85	610.821.151,92	1.077.869.951,86	51,22%	56,67%
24	2042	572.664.509,59	60.500.167,56	633.164.677,16	1.117.944.994,71	51,22%	56,64%
25	2043	593.956.089,42	61.347.169,91	655.303.259,33	1.159.510.020,18	51,22%	56,52%
26	2044	616.039.287,10	62.206.030,29	678.245.317,39	1.202.620.427,72	51,22%	56,40%
27	2045	638.943.534,67	63.076.914,71	702.020.449,38	1.247.333.673,35	51,22%	56,28%
28	2046	662.699.358,73	63.959.991,52	726.659.350,25	1.293.709.350,86	51,22%	56,17%
29	2047	687.338.420,72	64.855.431,40	752.193.852,12	1.341.809.268,97	51,22%	56,06%
30*	2048	712.893.559,33	65.763.407,44	778.656.966,77	1.391.697.534,81	51,22%	55,95%
31	2049	739.398.834,12	0,00	739.398.834,12	1.443.440.638,81	51,22%	51,22%
32	2050	766.889.571,02	0,00	766.889.571,02	1.497.107.543,60	51,22%	51,22%
33	2051	795.402.409,36	0,00	795.402.409,36	1.552.769.775,80	51,22%	51,22%
34	2052	824.975.350,73	0,00	824.975.350,73	1.610.501.521,39	51,22%	51,22%
35	2053	855.647.809,58	0,00	855.647.809,58	1.670.379.724,55	51,22%	51,22%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019

PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF							
Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Legislativo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2019	15.211.967,33	351.553,52	15.563.520,85	476.345.653,74	3,19%	3,27%
2	2020	16.284.125,47	365.856,20	16.649.981,67	500.734.606,52	3,25%	3,33%
3	2021	16.803.046,81	380.490,45	17.183.537,26	518.187.512,33	3,24%	3,32%
4	2022	17.543.601,26	395.462,75	17.939.064,01	538.866.139,33	3,26%	3,33%
5	2023	18.164.774,59	420.560,16	18.585.334,75	558.485.582,05	3,25%	3,33%
6	2024	18.865.682,36	446.282,80	19.311.965,16	579.558.482,35	3,26%	3,33%
7	2025	19.557.888,39	472.643,23	20.030.531,62	600.987.154,34	3,25%	3,33%
8	2026	20.290.862,65	499.654,29	20.790.516,94	623.402.818,44	3,25%	3,34%
9	2027	21.042.792,89	548.008,59	21.590.801,49	646.549.353,62	3,25%	3,34%
10	2028	21.826.536,78	597.618,88	22.424.155,66	670.604.945,36	3,25%	3,34%
11	2029	22.637.405,65	648.510,84	23.285.916,49	695.529.907,90	3,25%	3,35%
12	2030	23.479.394,60	700.710,65	24.180.105,25	721.393.746,19	3,25%	3,35%
13	2031	24.352.193,95	754.244,94	25.106.438,89	748.213.041,06	3,25%	3,36%
14	2032	25.257.686,74	809.140,86	26.066.827,60	776.032.508,33	3,25%	3,36%
15	2033	26.196.723,49	865.426,03	27.062.149,51	804.884.777,04	3,25%	3,36%
16	2034	27.170.733,93	923.128,59	28.093.862,52	834.810.523,46	3,25%	3,37%
17	2035	28.180.927,70	982.277,20	29.163.204,90	865.848.527,56	3,25%	3,37%
18	2036	29.228.695,34	1.042.901,04	30.271.596,37	898.040.707,39	3,25%	3,37%
19	2037	30.315.411,33	1.105.029,81	31.420.441,14	931.429.694,13	3,25%	3,37%
20	2038	31.442.534,98	1.168.693,79	32.611.228,77	966.060.124,86	3,25%	3,38%
21	2039	32.611.563,06	1.233.923,77	33.845.486,83	1.001.978.086,59	3,25%	3,38%
22	2040	33.824.056,35	1.300.751,13	35.124.807,48	1.039.231.484,25	3,25%	3,38%
23	2041	35.081.629,50	1.369.207,80	36.450.837,30	1.077.869.951,86	3,25%	3,38%
24	2042	36.385.959,26	1.411.558,78	37.797.518,04	1.117.944.994,71	3,25%	3,38%
25	2043	37.738.783,69	1.431.320,60	39.170.104,29	1.159.510.020,18	3,25%	3,38%
26	2044	39.141.905,98	1.451.359,09	40.593.265,08	1.202.620.427,72	3,25%	3,38%
27	2045	40.597.196,12	1.471.678,12	42.068.874,24	1.247.333.673,35	3,25%	3,37%
28	2046	42.106.593,74	1.492.281,61	43.598.875,36	1.293.709.350,86	3,25%	3,37%
29	2047	43.672.110,53	1.513.173,56	45.185.284,09	1.341.809.268,97	3,25%	3,37%
30*	2048	45.295.833,00	1.534.357,99	46.830.190,99	1.391.697.534,81	3,25%	3,36%
31	2049	46.979.925,23	0,00	46.979.925,23	1.443.440.638,81	3,25%	3,25%
32	2050	48.726.631,75	0,00	48.726.631,75	1.497.107.543,60	3,25%	3,25%
33	2051	50.538.280,55	0,00	50.538.280,55	1.552.769.775,80	3,25%	3,25%
34	2052	52.417.286,18	0,00	52.417.286,18	1.610.501.521,39	3,25%	3,25%
35	2053	54.366.152,96	0,00	54.366.152,96	1.670.379.724,55	3,25%	3,25%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019

7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF

Baseado nas informações dos últimos 3 anos da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente, projetamos para 2019, uma RCL de R\$ 476.345.653,74. Se o comportamento das Receitas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um redução da RCL de 5,12% em 2020, 3,49% em 2021 e 3,99% em 2022. Assim, a Receita Corrente Líquida do Ente Público será de R\$ 500.734.606,52, R\$ 518.187.512,33 e R\$ 538.866.139,33, respectivamente.

7.1 – Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo, projetamos para 2019, uma DTP de R\$ 245.940.811,13. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 4,28% em 2020, 3,65% em 2021 e 3,82% em 2022. Assim, a DTP do Poder Executivo será de R\$ 256.460.242,56, R\$ 265.823.657,98 e R\$ 275.971.146,83, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2019, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 261.008.583,94 em 2019, R\$ 272.141.035,81 em 2020, R\$ 282.131.682,96 em 2021 e R\$ 292.920.892,59 em 2022.

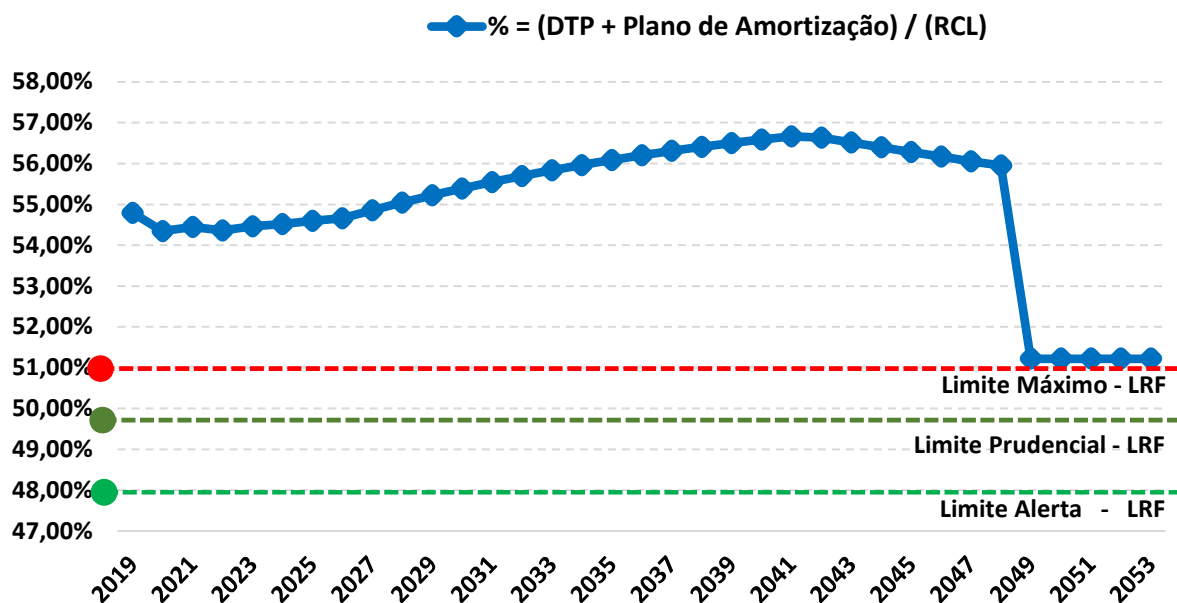
7.2 – Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Legislativo, projetamos para 2019, uma DTP de R\$ 15.211.967,33. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 7,05% em 2020, 3,19% em 2021 e 4,41% em 2022. Assim, a DTP do Poder Legislativo será de R\$ 16.284.125,47, R\$ 16.803.046,81 e R\$ 17.543.601,26, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2019, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 15.563.520,85 em 2019, R\$ 16.649.981,67 em 2020, R\$ 17.183.537,26 em 2021 e R\$ 17.939.064,01 em 2022.

7.3 – Viabilidade Financeira e Orçamentária - 30 anos

Limite LRF - Poder Executivo

LIMITE LRF % = (DTP e Plano de Amortização) / (RCL)



Atualmente, o Poder Executivo encontra-se acima do Limite Máximo estabelecido pela LRF (54,79%). Se não considerassemos o plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida seria de 51,63%, permanecendo acima do Limite Máximo, conforme consta na página 20 deste estudo.

Para o ano de 2020, caso o Poder Executivo não consiga reduzir as Despesas Total com Pessoal, recomendamos que o plano de amortização do Cálculo Atuarial de 2020 seja realizado através de Aporte Financeiro, visando reduzir a pressão da DTP sobre a RCL.

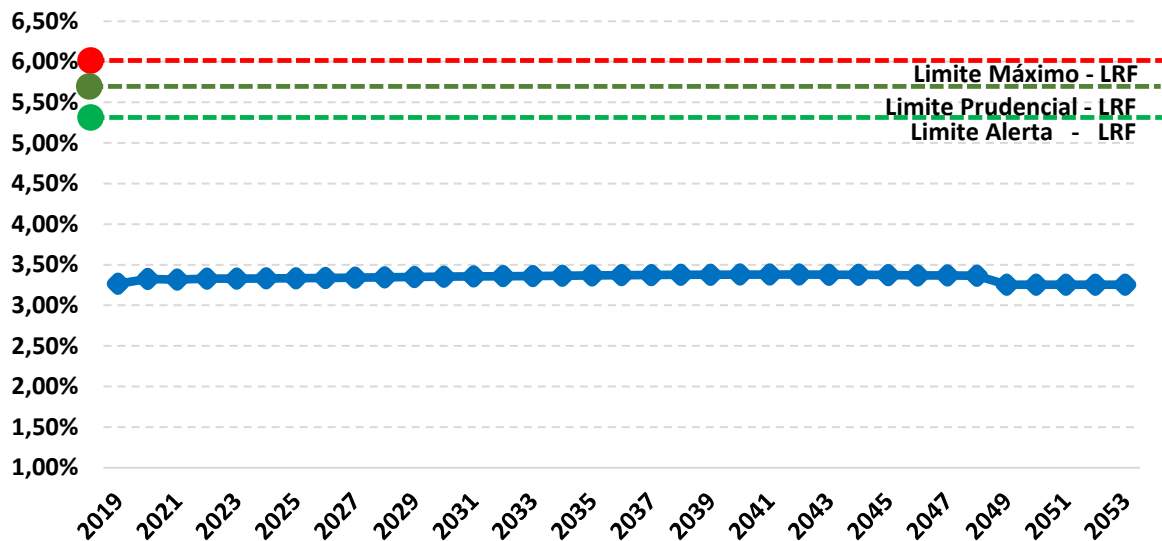
Salientamos que a implementação do plano de amortização através de Aporte Financeiro, não resolverá o problema dos demais limites impostos pela LRF, sendo necessário ajustes nas dotações orçamentárias e financeiras do Ente.

Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** acrescida do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, mostra que o Poder Executivo não é capaz de suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, ultrapassando o Limite Máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o parágrafo único, do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Limite LRF - Poder Legislativo

$$\text{LIMITE LRF \%} = (\text{DTP e Plano de Amortização}) / (\text{RCL})$$

$$\text{---} \bullet \text{--- \%} = (\text{DTP} + \text{Plano de Amortização}) / (\text{RCL})$$



Analisando a tabela ao longo dos próximos 30 anos, prazo de finalização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019, a Receita Corrente Líquida e a Despesa Total com pessoal, acrescida do Plano de Amortização, demonstra que atualmente o Poder Legislativo se encontra abaixo do Limite de Alerta, respeitando o inciso II, do artigo 59, da Lei Complementar nº 101/2000.

Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** acrescida do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, mostra que o Poder Legislativo é capaz suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos

ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o inciso II, do artigo 59 da Lei Complementar 101/2000.

É o parecer.



Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM